

A Assembleia do Povo de Deus e a Sinodalidade na Arquidiocese de Belo Horizonte

The Assembly of the People of God and the Synodality in the Archdiocese of Belo Horizonte

Wellington Teodoro da Silva ^a

Evaldo Apolinário ^b

Resumo

Apresentamos resultado do estudo sobre as I e II Assembleias do Povo de Deus realizadas na Arquidiocese de Belo Horizonte nos anos 1996 e 2003, respectivamente. Esperamos demonstrar que ambas aconteceram sinodalmente. Essa sinodalidade aconteceu, naquele momento, nos modos da hoje conhecida nova recepção do Concílio Vaticano II que ocorre no pontificado do papa Francisco. Utilizamos o método da análise documental do material produzido como subsídios de sua realização e das sínteses produzidas pelos assessores do evento.

Palavras-chave: Sinodalidade. Assembleia do Povo de Deus. Arquidiocese de Belo Horizonte.

Abstract

We present results of a study on the 1st and 2nd Assemblies of the People of God held in the Archdiocese of Belo Horizonte in 1996 and 2003, respectively. We hope to demonstrate that both happened synodally. This synodality took place, at that moment, in the ways of the now well-known new reception of the Second Vatican Council that takes place in the pontificate

^a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte, MG, Brasil. Doutor em Ciência da Religião, e-mail: wteodorosilva@gmail.com.

^b Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte, MG, Brasil. Doutor em Ciência da Religião, e-mail: apolinário20@hotmail.com.

of Pope Francis. We used the method of document analysis of the material produced as subsidies for its realization and the summaries produced by the event's advisors.

Keywords: *Synodality. Assembly of the People of God. Archdiocese of Belo Horizonte.*

Introdução

As Assembleias do Povo de Deus – APDs – são eventos promovidos regularmente pela Arquidiocese de Belo Horizonte a partir do Projeto Pastoral Construir a Esperança – PPCE¹ – acontecido entre os anos 1990 e 1996. Elas foram o meio de recepção do Concílio Vaticano II na capital mineira. A prática sinodal foi estruturante dessa recepção, que estabeleceu uma rotina sistêmica a partir da década de 1990. A atual proposta de uma Igreja em saída na direção do mundo em suas questões diversas, como a política e a social, é verificada nesses eventos. Essa arquidiocese realizou *avant la lettre* a experiência daquilo que teólogos tratam como nova recepção conciliar provocada pelo Papa Francisco (AQUINO JÚNIOR, 2022). O movimento da história gera os conceitos; dizendo de outra forma: os processos históricos produzem suas próprias ideias organizadoras que engendram no imaginário e na razão suas condições objetivas e subjetivas de operar os sentidos profundos da fé. A “Igreja em Saída” é uma síntese do momento presente de experiências engendradas pela recepção do Vaticano II nas décadas seguintes ao seu término na América Latina.

O PPCE e as APDs responderam às necessidades da Igreja de Belo Horizonte numa nação com a singularidade dos anos 90. O país estava se reorganizando após um turbulento período de ditadura militar; a década de 1980 conheceu profundas crises econômicas; a sociedade civil havia emergido em seus diversos setores e em amplo movimento popular; vivia-se a insegurança de uma Constituição ainda jovem, etc. No plano da Igreja, essas décadas foram igualmente turbulentas. Essa instituição foi uma das únicas que conseguiu manter autonomia em relação ao Estado ditador, os demais setores organizados da sociedade foram desarticulados ou controlados pelas suas forças de segurança. As prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos de leigos, frades e padres, além da vigilância a bispos, impuseram à instituição religiosa a necessidade de se posicionar como setor relevante da sociedade civil contra um Estado que se voltava como algoz da liberdade de seu próprio povo. Esse imperativo incontornável diante da barbárie de uma ditadura, atrasou os processos de recepção conciliar. Ou, pelo menos, não puderam ser desenvolvidos do modo circunstanciado como aconteceu na arquidiocese de Belo Horizonte a partir da década de 1990.

A Ditadura militar iniciou um ano antes do término dos trabalhos conciliares (1964) e durou até 1985. A Constituição, por sua vez, foi promulgada em 1988. Nesse período, houve intenso estresse na sociedade e nas instituições políticas brasileiras, alcançando a Igreja Católica de modo intenso. Nesse período aconteceram diversas experiências de eclesialidade que reverberaram esse estresse. Algumas foram formas possíveis, nos seus momentos, de recepção conciliar.

Este artigo trata de um momento que ofereceu condições de organizar a recepção conciliar sinodalmente na Arquidiocese de Belo Horizonte. O Projeto Pastoral Construir a Esperança foi sucedido por seis Assembleias do Povo de Deus nos anos 1996, 2003, 2008, 2012, 2015 e 2019. Seus temas foram, respectivamente: “Construir a esperança”; Igreja Viva: Povo de Deus em comunhão”; “Igreja viva, sempre em missão” – esse foi o tema da III e da IV APD; “Proclamar a palavra” – esse foi o tema da V e da VI ADP.

¹ Esse projeto iniciou seus trabalhos no ano de 1990 com objetivo de reorientar a pastoral da arquidiocese com maior abertura aos leigos e às questões sociais diversas.

Nos ocupamos apenas da primeira e da segunda Assembleia. Os limites deste artigo fazem-nos operar esse recorte com limite preciso. Essas duas assembleias possuem algumas condições que permitem a realização de uma análise de natureza historiográfica: cumprem um arco temporal de 27 e 20 anos; foram realizadas sob o governo do Arcebispo (depois cardeal) Dom Serafim Fernandes de Araújo, que participou do Concílio Vaticano II e esteve na arquidiocese durante todo o período da ditadura militar e da redemocratização; o estudo dessas duas é suficiente para desvelar os processos e estruturas cujos movimentos formaram um sistema organizador de uma rotina que permanece nas demais APDs. Estas deverão ser estudadas num novo recorte temático temporal, por se tratarem de um novo momento da história da arquidiocese sob o governo de Dom Walmor Oliveira de Azevedo.

O artigo está dividido nas seguintes partes, além desta introdução e das referências bibliográficas: “I Assembleia do Povo de Deus”, “II Assembleia do Povo de Deus” e “Considerações finais”. Os dois eventos são tratados descritivamente. As conclusões foram elaboradas com apoio de literatura recente sobre o tema. Importante dizer que não fizemos uma pesquisa sobre a recepção nas diversas comunidades de fé e organismos que compõem a arquidiocese. Pesquisamos documentos produzidos tanto no processo de preparação quanto nas sínteses finais, por meio das quais descrevemos e analisamos os processos e temas trabalhados.

I Assembleia do Povo de Deus

A I Assembleia do Povo de Deus foi convocada pelo Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes de Araújo, para acontecer nos dias 12 e 13 de outubro de 1996, ano em que a arquidiocese completou 75 anos. Os documentos pesquisados permitem-nos propor algumas características desse evento no nível das intenções de seus planejadores. A expressão “Igreja Povo de Deus” possui uso recorrente e é associada, por esses documentos, ao Concílio Vaticano II. A presença leiga é entendida como necessária nesse evento, que possui ampla dimensão de consulta e participação para garantir a condição de “Assembleia”. Esperou-se o envolvimento de intensa comunhão eclesial entre bispos, padres, religiosos(as), leigos(as) e organismos pastorais, na esperança de, conjuntamente, assumissem sua missão como “Povo de Deus”. Havia grande otimismo:

A Igreja de Belo Horizonte alegra-se enormemente [...] com uma tomada de consciência de toda nossa Igreja “ser Povo de Deus”, sobretudo através da participação e organização dos fiéis leigos. A própria Assembleia propiciará, sem dúvida, uma experiência intensa de trabalho conjunto no esforço de definir os critérios e as prioridades do Projeto de Evangelização da Arquidiocese, incentivando a continuidade da organização e participação do Povo de Deus (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 83).

A I APD foi pensada tendo em vista o projeto “Rumo ao Novo Milênio” da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 9). Seu tema foi “Os leigos na evangelização rumo ao novo milênio” e o lema: “enviou-me para evangelizar os pobres” (Lucas 4,18). Houve a preocupação do evento não ser um produto de especialistas a ser aplicado verticalmente. Devemos considerar, no entanto, que, em instituições amplas e complexas, a verticalidade é algo incontornável.

A adoção da metodologia da assessoria permitiu, no limite, que decisões fossem produtos de rotinas horizontalizadas. Embora o/a assessor/a tenha poder de orientar ações do grupo em suas sínteses, esse poder tem restrições que o planejador de gabinete não possui. A síntese é feita a partir das informações recebidas. O primeiro movimento é o da recepção dos resultados das pesquisas e da participação dos debates. Por terem participado dos debates ou fornecido as informações para as pesquisas, as comunidades podem vincular-se mais facilmente à síntese da assessoria. Por seu lado, o planejador de gabinetes não tem as restrições que o contato direto com os grupos impõe. No entanto, suas elaborações não se associam ao imaginário e à realidade dos grupos. Logo, suas propostas não conseguem efetividade, são severamente limitadas.

No mesmo mês em que a Assembleia foi anunciada seus trabalhos de preparação tiveram início. Definiu-se o número dos participantes: dois representantes por paróquia; 38 representantes de pastorais e movimentos especializados; 7 dos grupos temáticos; 12 religiosos e religiosas; 6 seminaristas e 60 presbíteros. Produziu-se material didático e metodologia com objetivo de ajudar na preparação dos participantes. Todos deveriam conhecer os processos e ter participação ativa. Também se realizou pesquisa por meio de fichas, conforme informa Libânio (1992):

[...] fichas, nas quais perguntava pelo sexo, idade, estado civil, moradia, nível de instrução, ocupação, frequência à missa, participação na confissão individual e ou comunitária, tipo de engajamento na Igreja e na vida social política, nível de assistência à TV, audiência de rádio e leitura de jornal e, finalmente, se estaria disposto a dedicar mais tempo ao serviço da Comunidade (LIBÂNIO, 1992, p. 78).

As paróquias receberam exemplares de subsídios que deveriam ser estudados pelos grupos de reflexão. A síntese dos resultados das consultas realizadas foi feita por meio de “chaves de respostas” conforme a citação abaixo:

Formação de leigos; crescimento e aprofundamento da espiritualidade; organização paroquial; comunicação do trabalho da Igreja *ad intra*; participação do leigo; catequese e evangelização; testemunho, Igreja; tratamento interpessoal (individualizado, personalizado); melhoria no relacionamento padre/leigo; divulgação do trabalho da Igreja *ad extra*; pequenas comunidades; formação dos novos ministérios; participação do jovem; maior valorização do PPCE; acolhida; liturgia; formação de padres/ seminaristas (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 14).

Após a escolha desses temas pelas assembleias paroquiais e eleitos seus representantes, foram realizadas assembleias regionais no dia 22 de setembro de 1996. Nessas oportunidades, foram tratadas a presença pública da Igreja; rede de comunidades; espiritualidade; perspectivas para o futuro e missão dos leigos. As sínteses que elas produziram foram classificadas e divididas em três blocos, quais sejam, paróquias de centro; paróquias de bairros/periferias e paróquias do interior.

As diretrizes abaixo foram definidas para orientar o processo de organização do evento:

- Elaboração das orientações gerais e divulgação da Primeira Assembleia do Povo de Deus.
- Utilização de “*jingles*” levado ao ar como: “Primeira Assembleia do Povo de Deus da Arquidiocese de BH – Ajude a construir uma Igreja viva e atuante. Ninguém pode ficar de fora! Ajude a escolher o seu representante”.
- Panfletos, encartes, *folders*, boletins diocesanos e paroquiais, artigos em jornais, folhetos.
- Anúncios na Rádio América e TV Horizonte.
- Consultas ao povo por meio de pesquisas.
- Documento de estudo nas paróquias, foranias e regiões.
- Encontros dos delegados leigos para agilizarem a criação do colegiado e encaminhar nas paróquias as recomendações da Assembleia do Povo de Deus.
- Assembleias nas paróquias.
- Assembleias nas regiões episcopais (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 9-11).

No discurso na sessão de abertura da I APD, o arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes de Araújo, ressaltou o objetivo comunitário do evento. Ele disse: “é um momento de muita graça de Deus, uma graça que penetrou dentro da nossa Igreja e aflora através de vocês, nesta assembleia, e deve voltar abundante e multiplicadora para as nossas comunidades e a nossa Igreja toda” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 27). Observamos a recepção conciliar na asserção de Alberto Antoniazzi, que asseverou que a I APD “quer ser o início de uma nova etapa, de maior participação e corresponsabilidade de todos nas decisões pastorais. [...] seja para colocar bons fundamentos, sólidos alicerces para a construção que está diante de nós” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 28).

Essa condição deveria ser um processo constante por meio da rotina da sinodalidade que manteria renovada a comunitariedade intrínseca à Igreja Povo de Deus. Ela buscou realizar, *Avant la lettre*, a exortação do Papa Francisco de “o sonho missionário de chegar a todos” (PAPA FRANCISCO – EXORTAÇÃO APOSTÓLICA *EVANGELII GAUDIUM*, 2013, n. 31). A pauta construída para a realização da Assembleia no dia 12 de outubro de 1996 esperou superar o clericalismo. Cada apresentação dos temas pelos assessores era sucedida pelo trabalho em grupo, mini plenária e intervenções dos participantes. Outro aspecto relevante foi a votação das propostas, que é o método democrático de produzir decisões com ampla participação.

No momento de oração, as palavras do animador sensibilizaram os participantes para que valorizassem esses dois dias como um momento de comunhão eclesial, em que todos os setores representados estariam assumindo, conjuntamente, a missão como Igreja em assembleia que buscava respeitar e acolher cada representante com sua particularidade, cuidando para que houvesse oportunidades iguais nas discussões. Prosseguiu com o momento de perdão pelos tropeços causados pelos egoísmos, indiferenças e comodismos. Procurou promover maior engajamento político e presença pública da Igreja. Os cristãos deveriam se penitenciar por permitirem que a exclusão acontecesse em seu meio.

Os documentos analisados permitem asseverar que houve preocupação em conduzir os trabalhos de modo a propor como necessária a presença pública da Igreja. Ela deveria ser diferente dos antigos modos de diálogos entre palácios, comuns até meados do século XX brasileiro. As posturas concordatárias ficaram para trás e a Igreja insere-se na sociedade civil. Os sentidos pastorais e missionários adquirem objetivos e métodos novos diante de uma realidade nova tanto para o catolicismo quanto para o Estado brasileiro: a urbanização e modernidade, ambas tardias se comparadas aos países europeus, centrais do capitalismo.

No momento dessa APD, havia certo grau de efervescência da sociedade civil, residual da década anterior, marcada pelo fim ditadura militar que repercutiram no interno da arquidiocese com, por exemplo, a organização das pastorais sociais. Elas exerciam atividades com notável presença nas questões públicas e na sociedade ampla com incursão em organismos políticos. Toda a arquidiocese foi orientada pela APD a atuar sob critérios evangélicos, tais como: a pedagogia de Jesus; opção preferencial pelos pobres; respeito às diferenças e compromisso com a justiça. Recomendou-se a formação continuada dos cristãos com destaque para a Doutrina Social da Igreja. Ela elaborou, por meio de uma comissão representativa, um projeto de política social com o objetivo de

contribuir para a transformação das estruturas injustas da sociedade. Propõe-se dar coerência e eficácia às diversas ações sociais da Igreja, valorizando e articulando os serviços já existentes e apoiando novos (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 53).

A formação de redes de comunidades, por sua vez, permitiu a descentralização da organização com maior horizontalidade das relações entre os vários serviços, pastorais e instituições sociais. A ideia central era impedir a cultura do individualismo, buscando proporcionar

maior facilidade para a inovação e a mudança; a criação de uma cultura compartilhada; melhoria da capacidade de iniciativa dos leigos; a possibilidade de uma aprendizagem coletiva; condições para a prática do ecumenismo (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 21).

A partir dessas possibilidades, os cristãos deveriam se sentir motivados a viver essa experiência em suas próprias famílias, que eram entendidas como a igreja doméstica. Toda a comunidade deveria se formar como grupo de pessoas que se conhecem, que partilham e solidarizam-se constantemente. A proposta da rede de comunidades surgiu para estabelecer relações duradouras entre comunidades com afinidades em suas características e compreensões eclesiais. As paróquias viram-se diante da necessidade de aumentar os grupos e comunidades e os distintos ministérios como o da palavra; ministérios extraordinários do batismo, matrimônio e diáconos permanentes.

O tratamento que o tema da espiritualidade recebeu na Assembleia fez compreender a necessidade de mais encontros de formação na arquidiocese com vistas a dar subsídios para as experiências pessoal e comunitária com Deus. Os organizadores perceberam, a partir do que ouviram das comunidades, que a espiritualidade não era bem compreendida. Os anais do evento registram que uma ampla maioria se queixava da falta de encontros de formação, retiros espirituais que ajudassem a superar a dificuldade de ligação entre a fé e a vida.

Alguns grupos mais evoluídos falam da necessidade de uma vida cristã trinitária e de uma espiritualidade engajada no mundo de hoje (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 21).

A arquidiocese precisava investir tempo e organização para que leigos e padres tivessem acesso a um maior número de encontros e espaços para o cultivo da experiência de Deus. Para esse fim, propôs-se a realização de mais cursos de formação bíblica, teológica e espiritual. Também se propôs o revigoramento das celebrações litúrgicas, principalmente as missas, por meio de liturgias inculturadas, com o envolvimento mais expressivo dos fiéis participantes.

Trabalhou-se as expectativas de futuro (KOSELLECK, 2006) do Projeto Rumo ao Novo Milênio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para construir uma Igreja atenta à realidade atual, que procurasse utilizar mais os meios sociais de comunicação, que abrisse espaço para os leigos e buscasse criar os conselhos. Além disso, que conseguisse reavivar seu ardor missionário seguindo as orientações do Concílio Vaticano II. Sendo assim, a Igreja deveria ser

inculturada no mundo urbano e na sociedade moderna, servidora do homem e da comunidade, principalmente das mais carentes, aberta às mudanças sociais e aos avanços científicos da Humanidade, voltada para a preservação da vida, da natureza (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 22).

Ao tratar da missão dos leigos na Igreja, trabalhou-se a consciência de ser Igreja, fundamento batismal que deveria colaborar nos serviços existentes e nos ministérios comunitários e eclesiais. Essa proposta de refletir sobre a presença do leigo na Arquidiocese de Belo Horizonte revelou que a missão do leigo nessa Igreja deveria ser vista de três formas diferentes e complementares: “nos conselhos pastorais e comunitários, na melhoria do relacionamento entre padres e leigos e na organização dos leigos em colegiados” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 21).

O envolvimento dos leigos nas discussões e decisões dos encaminhamentos pastorais são termômetros que nos permitem aferir a existência de mecanismos sinodais. A Arquidiocese de Belo Horizonte iniciou um novo processo eclesial fundando conselhos pastorais e o colegiado de cristãos leigos. Essa ação coletiva para dinamizar a renovação pastoral da Igreja da capital mineira demonstrou o esforço na construção de uma Igreja que esperava ser missionária e mais inclusiva. Como destaca Antoniazzi, uma Igreja que buscava cultivar

o caminho da comunhão, o do respeito da diversidade das pessoas e das experiências, na busca do diálogo, do intercâmbio, da partilha, de modo que todos se enriqueçam mutuamente (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 28).

A experiência da I APD esperou efetivar aquilo que o Projeto Pastoral Construir a Esperança havia indicado como práticas pastorais, tendo como referencial o protagonismo do leigo nessa Igreja. Construiu-se a possibilidade de relação entre clero e leigos, que permitiu a elaboração de novos aportes teológicos, sociais e espirituais para a Arquidiocese de Belo Horizonte. Essa ação pastoral da Igreja particular recepcionou a orientação do Concílio Vaticano II da construção da Igreja como Povo de Deus, capaz de unir e incentivar as comunidades, paróquias e os grupos de pastorais no cumprimento dessa missão. Conforme salienta Alberto Antoniazzi (1996),

o caminho certo é [...] o da comunhão, o do respeito da diversidade das pessoas e das experiências, na busca do diálogo, do intercâmbio, da partilha, de modo que todos se enriqueçam mutuamente (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 28).

II Assembleia do Povo de Deus

A II APD aconteceu no ano de 2003 e foi organizada em três eixos: espiritualidade; vida comunitária e questões sociais. Por meio deles, a comissão preparatória articulou e direcionou os trabalhos a serem desenvolvidos ao nível de paróquias, foranias, regiões episcopais e arquidiocese. Esses setores tiveram ampla liberdade para tratar os temas e acrescentaram contribuições do clero e dos grupos pastorais. A II APD entendeu a evangelização ainda como desafio e esperou realizar propostas não cumpridas da I APD.

O entendimento da evangelização como desafio acompanha o processo de urbanização brasileiro. Na medida em que a cultura urbana se organiza e sedimenta, o catolicismo entende ser mais complexo esse desafio. O espaço urbano é moderno em sua natureza e se organiza sem os recursos simbólicos e imagéticos do catolicismo. Candido Procópio Ferreira de Camargo (1971) analisa esse dado e constata que esse catolicismo deve ser internalizado. A pessoa deve fazer o movimento de internalizá-lo; assumi-lo conscientemente. Ele não é um dado comum na cultura como no meio rural de até meados do século XX. Nesse ambiente, a realidade ampla era regulada e significada religiosamente como o tempo e o calendário. O badalar do sino da Igreja lembrando o momento de alguma oração ou missa marcava a hora do dia; o calendário das festas religiosas mobilizava toda a sociedade, etc. Ele chama esse catolicismo de tradicional.

A comissão preparatória foi composta por dois membros efetivos escolhidos pelas quatro regiões episcopais. Eles foram assessorados pelo Padre Alberto Antoniazzi, que desempenhou a função de secretário executivo do PPCE. A primeira tarefa foi organizar o texto-base a partir das propostas, sugestões e observações apresentadas pelas paróquias, foranias, regiões episcopais, comunidades, grupos de pastorais e movimentos. O texto seria o subsídio para a preparação da assembleia. Sua escrita aconteceu a partir das respostas de um questionário aplicado às diversas comunidades. A pergunta norteadora na fase inicial dos trabalhos foi: “Qual deve ser a característica mais marcante da Igreja que queremos ser e viver neste novo milênio?”. As comunidades foram consultadas por meio de um questionário e as respostas foram enviadas para a comissão preparatória. Sua versão final aconteceu após consulta em várias comissões da arquidiocese, equipes de forania e pelos conselhos presbiteral e pastoral arquidiocesano, para verificar se seria necessária alguma emenda. Após essas consultas, foi produzido um caderno de estudo que seria utilizado simultaneamente ao texto-base.

A pesquisa mostrou que a maioria dos que responderam ao questionário esperavam que a Igreja promovesse mais ações comunitárias. As questões sociais foram temas relevantes. Elas revelaram o desejo de se articular amplamente com os demais setores da sociedade civil com vistas a demandar do Estado a elaboração de políticas públicas que atendessem as necessidades dos grupos excluídos. Essa informação da pesquisa, revela que a II APD elaborou, antecipadamente, a Igreja em saída proposta pelo Papa Francisco.

A II APD organizou-se em três etapas: na primeira realizaram-se consultas às comunidades, movimentos, colégios católicos e demais setores da Igreja. A segunda aconteceu nas assembleias regionais. Delas saíram propostas que foram votadas na terceira etapa, realizada no dia 26 de outubro de 2003. Três a oito pessoas das paróquias e regiões episcopais da arquidiocese participaram da fase preparatória e se inscreveram como representantes na assembleia. Os párocos e administradores paroquiais também se inscreveram. Tanto os representantes das paróquias quanto os membros do clero, ao fazerem a inscrição, podiam escolher um tema de preferência em consonância com o texto-base. Reuniu cerca de 1.500 pessoas, entre elas 1.465 delegados, representando as 253 paróquias da Arquidiocese de Belo Horizonte. Após a acolhida e a oração inicial, os assessores apresentaram os relatórios com as

contribuições paroquiais, e deram início às atividades com a divisão dos grupos de trabalho, de acordo com o tema escolhido por cada representante.

Após as reflexões dos grupos sobre cada tema, acontecia uma miniplenária, com o objetivo de discutir e apresentar a síntese desses grupos. Após a discussão dos temas sugeridos, abriu-se a plenária final, para o debate e aprovação das propostas finais. Ao encerrar as discussões, apresentou-se as diretrizes que a arquidiocese deveria seguir durante os próximos quatro anos, ou seja, de 2004 a 2008. As sugestões recebidas somaram mais de cinco mil e estavam divididas em três temas principais: espiritualidade; vida comunitária e questões sociais. Em relação à espiritualidade, houve a indicação de que ela perpassasse todos os trabalhos pastorais e movimentos e não estivesse isolada da prática do dia a dia.

A vivência comunitária foi o segundo tema trabalhado e nele se destacou o empenho de todos para melhorar a vida da comunidade, de modo a propiciar dinâmicas continuadas de inclusão. Manifestou-se a necessidade de as lideranças serem articuladoras e coordenadoras de projetos. Todos os cristãos deveriam se empenhar em “melhorar esse aspecto comunitário, fazendo com que a Igreja não seja apenas um amontoado de gente, mas de gente que viva em comunhão” (MITRA ARQUIDIOCESANA DE BELO HORIZONTE, 2003).

As questões sociais constituíram o terceiro tema a ser trabalhado. Os participantes pediam mais participação da Igreja nas questões sociais e políticas. A ação política que se tornou essencial para cobrança de políticas públicas em favor da população ampla da sociedade. Recomendou-se fortalecer os grupos de Fé e Política, que atuavam nesse sentido, porém de forma ainda limitada. No entanto, apareceu na plenária vozes que defenderam que a comunidade dos fiéis não se envolvesse com esse tema. Observou-se um certo movimento pendular nesses envolvimento políticos e sociais que se tornaram mais nítidos e fortes em algumas ocasiões e fracos em outras.

esperam que a comunidade cristã se abra ao seu redor, saindo mais de si mesma, e vivencie o amor de Deus com todas as direções, além de desejarem uma liderança que não seja conservadora, autoritária e que exclua os outros da participação para o bem da comunidade. Esse pedido de mudança de atitude se estende ao clero (MITRA ARQUIDIOCESANA DE BELO HORIZONTE, 2003a).

Depois das discussões em grupo, finalizando os trabalhos, três padres foram responsáveis por apresentar as sínteses das propostas da II APD. O Padre João Batista Libânio apresentou a vida comunitária, Luís Eustáquio Santos Nogueira encarregou-se da espiritualidade e as questões sociais ficaram sob a responsabilidade do Padre Carlos Fragoso Filho.

É necessário salientar a iniciativa da criação do Mês da Bíblia que começou em Belo Horizonte em 1971 e difundiu-se no Regional Leste II, atingindo todo o Brasil e até outros países da América. Com a realização das APDs essa ação pastoral ganhou mais expressividade, com o envolvimento de leigos nas várias comissões organizadas para a realização da formação bíblica aos fiéis. A busca por certa horizontalidade dos Estudos Bíblicos era marcante nos esforços de construção da nova realidade eclesial, com o objetivo de infundir no povo a convicção de que a Bíblia, Palavra de Deus, é o livro, por excelência, que deve ser inserido na vida de cada um. Os círculos bíblicos eram entendidos como expressão de uma igreja Povo de Deus que todo o cristão é chamado a participar.

Sobre a questão comunitária, vale dizer que a APD orientou a arquidiocese a ser uma Igreja de comunidades. Elas deveriam ter centros de acolhida, partilha, participação e corresponsabilidade, planejariam em sintonia com a arquidiocese e dentro do processo participativo. E, mais ainda, que as comunidades procurassem manter entre si relações fraternas e solidárias e se sentissem incentivadas a priorizar a celebração da eucaristia dominical. Outra ação relevante foi o incentivo a um projeto de paróquias irmãs (as mais ricas apoiam projetos nas mais pobres).

Em relação às diretrizes para a vida comunitária, a comunidade é vista como lugar da experiência de Deus. É preciso recuperar o empenho pessoal para que a vida da comunidade melhore. Cada um assumindo seu lugar na Igreja, com o funcionamento e a organização dos conselhos pastorais e administrativos. A existência desses conselhos

foi importante para a comunhão e para a participação dos leigos e leigas. Eles tinham caráter consultivo e deliberativo. A criação de conselho de leigos a nível regional e arquidiocesano esperou descentralizar a figura do clero nas rotinas da Igreja.

A organização da APD entendia que a comunhão visível da Igreja é fundamental: “precisamos superar as formas existentes de organização, para uma Igreja de irmãos e irmãs, sem divisões entre ministros ordenados e leigos” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 39). Que seja uma Igreja mais participativa e acolhedora, que valorize mais a multiplicação dos grupos de base, da rede de comunidades.

A II APD esperou estimular a ação evangelizadora da Igreja de Belo Horizonte no desejo de fazer de todos os batizados discípulos missionários de Cristo. Mas, para que isso acontecesse de uma forma expressiva, foi preciso mexer na estrutura da paróquia, fazendo com que ela passasse de uma paróquia com pastorais de manutenção, centralizadora, para uma paróquia rede de comunidades. Por essa razão, a diretriz da vida em comunidade propôs a formação de redes de comunidades nas paróquias, com o objetivo de tornar a paróquia mais missionária.

Considerações finais

As duas experiências das Assembleias do Povo de Deus descritas marcaram um processo eclesial na Arquidiocese de Belo Horizonte no qual as prioridades; linhas de ação; planejamento e decisões diversas passaram a ser objetos de consulta dos conselhos pastorais e administrativos. Esse processo de promoção de maior participação fez ser necessário organizar cursos de capacitação para agentes de pastoral. Para esse fim, foram redigidos manuais com temas sugeridos pelas assembleias. Também se ampliou o Centro de Formação de Agentes de Pastoral (CEFAP) que já existia desde 1989. Ele cumpre tarefa de formar leigos e leigas com cursos de Bíblia e Teologia até o tempo atual.

Destacamos o caráter de coisa construída a partir da realidade local. As questões tratadas eram ressentidas antes mesmo da década de 1990. No entanto, como dissemos anteriormente, nesse momento houve a possibilidade de a Igreja pensar em suas questões próprias após a intenso estresse sofrido pela sociedade e pela Igreja de modo particular no período da ditadura militar.

A Arquidiocese de Belo Horizonte vinha pensando, há algum tempo, em iniciar um processo de reflexão pastoral mais abrangente [...]. Diferente de outras dioceses, não se quis orientar tal processo na linha de uma avaliação pastoral no sentido estrito, em que o olhar para o passado seria prioridade. Antes se preferiu partir do presente em vista do futuro. A ideia-mestra consiste em mobilizar todas as forças vivas da Igreja particular de Belo Horizonte numa tomada de consciência dos atuais desafios em busca de pistas de orientações para o futuro. (LIBANIO, 1992, p. 77).

Por fim, como esperamos já estar demonstrado o caráter sinodal das duas APDs estudadas, vamos situá-las dentro da tipologia apresentada por Agenor Brighenti (2022). Esse autor diz ter havido três fases da sinodalidade no subcontinente latino-americano. A primeira aconteceu no período pré-conciliar na realização do I Concílio Plenário Latino-Americano (1898) e na I Conferência dos bispos no Rio de Janeiro (1955). A segunda fase foi marcada pelas Conferências do Episcopado Latino-Americano de Medellín (1968) e Aparecida (2007). A terceira acontece após a realização do Sínodo do Amazonas (219) e da I Assembleia Eclesial da América Latina e Caribe que, segundo Brighenti “inauguraram o processo de ‘segunda recepção do Vaticano II e da tradição eclesial libertadora em clave sinodal, em um novo contexto sociocultural e eclesial” (BRIGHENTI, 2022, p. 123).

Ele informa as características de cada fase. A primeira é marcada pelo “‘caminhar juntos’ com o papa, chefe da Igreja Universal da qual as dioceses são parcelas e os bispos seus colaboradores” (BRIGHENTI, 2022, p. 123). A segunda fase foi marcada pela colegialidade dos bispos por meio das realizações das conferências episcopais e sínodos dos bispos. Na terceira fase, por sua vez, a sinodalidade acontece no exercício da eclesiologia do “Povo de

Deus como um todo, no seio de uma Igreja toda ela ministerial e na corresponsabilidade de todos os batizados” (BRIGHENTI, 2022, p. 124).

Como vimos, os documentos das APDs se organizaram tendo como eixo estruturante a eclesiologia do Povo de Deus. Ela antecipou essa terceira fase em mais de duas décadas antes de ela acontecer. Não criou uma dinâmica de clericalização, mas de fomento à participação do laicato com pesquisas, debates com inclusão de propostas num processo de votação em que cada batizado tinha direito a um voto, independentemente de sua condição na hierarquia. Terminamos esse artigo com a citação de Brighenti que entendemos ter sido verificada nesses eventos que apresentamos ocorridos na arquidiocese de Belo Horizonte:

Aqui a sinodalidade acontece não de maneira vertical – o leigo em comunhão com o padre, este com seu bispo e os bispos em comunhão com o papa –, mas, de modo horizontal, na comunhão de todos os batizados na Igreja local e entre elas. Os ministros ordenados são membros do Povo de Deus, no seio do qual a sinodalidade acontece na comunhão das comunidades eclesiais no âmbito da paróquia e destas no seio da Igreja local, que, por sua vez, se expressa em conferências ou assembleias eclesiais em âmbitos regional, nacional, continental e universal” (BRIGHENTI, 2022, p. 124).

Referências

- AQUINO JÚNIOR, F. Sinodalidade como “dimensão constitutiva da Igreja”. In: AQUINO JÚNIOR, F.; PASSOS, J. *Por uma Igreja Sinodal – reflexões teológico pastorais*. São Paulo: Paulinas, 2022.
- ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. *A evangelização da grande cidade: projeto Pastoral Construir a Esperança*. Belo Horizonte: Arquidiocese de Belo Horizonte, 1997.
- ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. PRIMEIRA ASSEMBLEIA DO POVO DE DEUS. Belo Horizonte, MG. *Anais da I Assembleia do Povo de Deus da Arquidiocese de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Arquidiocese de Belo Horizonte, 1996.
- BRIGHENTI, A. Sinodalidade *made in* América Latina. In: AQUINO JÚNIOR, F.; PASSOS, J. *Por uma Igreja Sinodal – reflexões teológico pastorais*. São Paulo: Paulinas, 2022.
- CALIMAN, C. A eclesiologia do Concílio Vaticano II, 2004. In: GONÇALVES, P. S. L.; BOMBONATTO, V. I. (org.). *Concílio Vaticano II: análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 229- 248.
- CAMARGO, C. P. F. *Igreja e Desenvolvimento*. São Paulo: CEBRAP/Ed. Brasileira de Ciências, 1971.
- LIBANIO, J. B. Rosto da Igreja de Belo Horizonte: a partir do projeto “construir a esperança”. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 24, n. 63, p. 237-246, maio/ago. 1992.
- COMBLIN, J. *et al. Vaticano II: 40 anos depois*. São Paulo: Paulus, 2005.
- DIAS, R. B. Projeto pastoral construir a esperança. In: ANTONIAZZI, A.; CALIMAN, C. (org.). *A presença da Igreja na cidade, I*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 38.
- FRAGOSO FILHO, Cs. Alguns aspectos da cidade e da Arquidiocese de Belo Horizonte. In: ANTONIAZZI, A.; CLETO, C. (org.). *Presença da Igreja na Cidade*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 28-36.

KOSELLECK, R. *Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto – Editora PUC Rio, 2006.

LIBANIO, J. B. Projeto Pastoral Construir a Esperança. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 24, n. 62, p. 77-94, jan./abr. 1992a.

LIBANIO, J. B. Rosto da Igreja de Belo Horizonte: a partir do projeto “construir a esperança”. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 24, n. 63, p. 237-246, maio/ago. 1992b.

MITRA ARQUIDIOCESANA DE BELO HORIZONTE. *2ª Assembleia do Povo de Deus*. Caixa 961, DSC02759, 2003b.

PAPA FRANCISCO - *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium do Santo Padre Francisco ao Episcopado, ao Clero, às Pessoas Consagradas e aos Fiéis Leigos sobre o Anúncio do Evangelho no Mundo Actual*. Vaticano, 24 nov. 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 04 nov. 2020.

TORRES, J. C. de O. *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: [s.n.], 1972.

RECEBIDO: 29/01/2023
APROVADO: 18/04/2023

RECEIVED: 01/29/2023
APPROVED: 04/18/2023